



## **A CRISE DE 2008, OS PROTESTOS E A INTOLERÂNCIA DO ESTADO EM MOÇAMBIQUE**

Óscar Morais Fernando Namuholopa

Doutorando em Sociologia-UFG

Bolsista CAPES

Não se pergunta ao povo se ele quer revolução ou não. As revoluções acontecem onde não há outra saída. Elas são, de fato, como tempestades ou como terremotos. Com certeza, são feitas pela mão de homem, mas homens e mulheres agem sob condições que não podem controlar totalmente (DAHRENDORF, 1992, p. 18).

**RESUMO:** O presente artigo ao discutir a questão das diferentes formas de violência do Estado caracterizadas por medidas governamentais que reforçam o poder político em prejuízo da hegemonia do povo, pretende problematizar esse poder coercitivo em tempos de democracia, cujas medidas podem provocar ações de protestos coletivos, face à violência generalizada do Estado. Nesse contexto, o artigo procura analisar a chamada “greve geral” convocada pela população da Cidade de Maputo em Moçambique, no dia primeiro de setembro de 2010, para protestar o agravamento de preços de certos produtos e serviços. O nosso esforço será no sentido de caracterizar o contexto social que ditou a eclosão da greve, descrever os contornos da ação popular e destacar os seus principais resultados.

**Palavras-chave:** greve de pão em Maputo; Moçambique; violência do Estado.

### **Introdução**

Cresce, com distinta preocupação a ascensão de governos cujo poder se exerce sob coerção, exclusão e limitação de direitos sociais e garantias das liberdades de cidadania. Em contrapartida, os governantes agem com poderes ilimitados e recorrendo, geralmente, a medidas que permitem alargar os limites de sua atuação, deixando a sensação de estar-se diante de um permanente Estado de exceção. Em virtude disso, encontramos em quase todos os setores do Estado uma minoria que impõe suas vontades à maioria. O “poder do povo” encontra-se alienado por um executivo que, como observara Marx (2013), está mais ao serviço da classe econômica que do povo. Definitivamente, o pouco que havia do Estado de bem-estar foi substituído pelo Estado de exceção. As desigualdades sociais crescem estrondosamente, enquanto o índice de desenvolvimento humano caminha no sentido anti-



horário. As manifestações de grupos sociais insatisfeitos são reprimidas com extrema violência pelo Estado.

Portanto em face do exposto, pretendemos de forma específica analisar o movimento de protesto contra os efeitos da crise econômica de 2008 em Moçambique. Para esse propósito, iremos primeiro discutir as diferentes formas de manifestação da violência do Estado em regimes políticos que se revestem do poder democrático. Em segundo, faremos a análise das ações do movimento de protesto de primeiro de setembro de 2010 em Maputo e a atuação do governo face às manifestações. Finalmente, faremos uma breve discussão do possível enquadramento do movimento de protesto de que nos referimos, para melhor compreendermos o seu lugar enquanto parte da ação coletiva.

O percurso de abordagem dos assuntos aqui propostos permitirá analisar a conjuntura sociopolítica do país para melhor avaliarmos o nível das garantias legais e as manifestações das liberdades democráticas do Estado de direito em Moçambique.

O nosso recurso metodológico para a construção do presente estudo privilegiou o levantamento bibliográfico ao nosso alcance, cujas fontes são indicadas no texto ao longo das discussões e nas respectivas referências finais.

### **Da violência e intolerância do Estado**

Vivemos o tempo todo sendo violentados. Vivemos num mundo em que intolerância tornou-se cultura do Estado face aos movimentos sociais em busca dos seus direitos fundamentais. Vivemos num mundo em que a exclusão é denominadora comum para o exercício do poder cuja autoridade se parece mais com a tirania que com a democracia.

Vivemos num mundo onde, infelizmente, precisamos nos esconder para expressar o nosso pensamento ou sentimento com medo de represálias do Estado, enquanto a criminalidade é praticada a céu aberto e, por vezes, diante de um olhar impávido de quem devia reprimi-lo; onde a imposição de leis e decretos não consensuais para acomodar os interesses da minoria que controla o poder tornaram-se novas e recorrentes formas de violência do Estado. Onde as mesmas leis são aplicadas para punir o simples cidadão e manipuladas para proteger a elite dominante da impunidade. Onde as ilegalidades tornaram-se práticas legais e ilegalidades, o uso das prerrogativas legais garantidas pelo direito de cidadania.

Assim, diante do exposto, urge perguntar: Será que vivemos em tempos de democracia ou ditaduras em tempos de democracia? Seria justo afirmar que estamos em democracia quando a justiça é injusta e parcial? Seria justo afirmar que vivemos uma



democracia moderna onde o direito de voto a todos os níveis é imposto? Onde o direito de opinião pública foi alienado?

Todas estas reflexões nos oferecem apenas uma única explicação: vivemos o tempo todo debaixo da violência em nome do poder democrático, onde o povo parece só ter importância para gerar renda do Estado através dos impostos que alimentam os benefícios ilimitados da elite política e, em recompensa, recebe serviços públicos precários e permanece vivendo debaixo da pobreza.

Se a democracia ateniense<sup>1</sup> foi acusada de imperfeita por dividir a sociedade em cidadãos (com direitos políticos) e não cidadãos (sem direitos políticos), a grande parte das democracias de hoje é ditadura. Se não tivesse receio de ser mal compreendido, diria que vivemos em regimes “fascistas modernos”, que longe estão de reunir consensos democráticos. Não vamos levar tempo tentando trazer várias acepções acerca da democracia, porque isso já foi feito e entendemos que esse é outro assunto que deve ser tratado à parte. Mas em poucas palavras, tal como disse Péricles citado por Ngoenha (2015), democracia é um ato político no qual as coisas não dependem de um pequeno número, mas da maioria. Não é isso que acontece nas nossas sociedades.

Diante disso, não é preciso ressuscitar Marx para vir de volta e explicar os fenômenos políticos que acontecem hoje e afirmar a necessidade de se refletir sobre uma possível revolução, pois fê-lo em vida. Por mais que os remédios sejam amargos, precisamos mudar a estrutura do Estado e o panorama da democracia para que, de fato, o poder seja efetivamente do povo pelo povo e para o povo.

Não foi em vão que Marx e Engels escreveram em *O manifesto comunista* (2013) que “O Poder executivo do Estado não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia” (MARX; ENGELS, 2013, p. 13). Este é o Estado repressivo moderno cujos interesses estão voltados para a classe dominante. Esta tendência é uma realidade na maioria dos governos do dia e contrasta vivamente com os seus propósitos (o bem-estar).

Portanto, inicialmente, o Estado foi visto crescentemente de forma mais idealizada como um árbitro imparcial e secular entre as diferentes classes, etnias e interesses (NANDY, 2011). Infelizmente, não é isso que se assiste, o Estado deixou de ser guardião dos interesses do povo. A cada dia que passa constatamos que os governantes estão cada vez menos preocupados com a coisa pública, e cada vez mais, comprometidos com as causas

---

<sup>1</sup> Em Atenas nem todos podiam participar da vida política, somente aqueles que possuíam direitos de cidadania. Eram excluídos desse direito, a maioria da população da cidade (mulheres, os estrangeiros e os escravos) (PLATÃO, 2000).



particulares. Desta feita, seria justo afirmar e sem margem de erro que o Estado perdeu a sua vocação. O mesmo autor referencia que os estudos dos analistas revelam haver uma crescente incapacidade dos Estados-nação em satisfazer as necessidades da sociedade civil na grande parte do mundo, no período posterior à segunda Guerra Mundial. Para provar essa hipótese, não precisa ir longe: basta reparar como os nossos governantes dirigem a máquina estatal. Muitas das vezes eles agem com excesso de convicção, ora despoticamente e como se o Estado fosse uma propriedade privada, ora não conseguem esconder que estão ao serviço do poder econômico. Parece, nos dias que correm ter-se mais cuidado em velar para que a lei não entre em contradição com o interesse da classe econômica que com a vontade do povo.

Os dirigentes constituem hoje, o que podemos chamar de sociedade de prazer e não como uma sociedade de representantes do povo. Os recursos nunca existem quando é para solucionar o problema do povo e sempre existem, quando é para promover as mega reuniões ou showmícios que juntam os pares, não para tratar dos interesses do povo que vive na penúria, mas de mecanismos de perpetuar a dominação da classe, sem, no entanto, se importar pelos meios a serem usados se são os piores de todas as opções existentes.

O próprio poder legislativo, o qual permaneceria como o único reduto do poder credível e que representasse de facto o povo, tornou-se num epicentro das manipulações dos podres e calvário do próprio povo. Não nos surpreende serem aprovadas medidas que completamente se distanciam dos interesses do povo e que perpetuam o seu estado de dependência econômica e por outro, que ampliam a hegemonia da elite dominante. Evidente o que acontecia com a então emergente democracia ateniense do século V a.C., assistimos hoje nas nossas assembleias em pleno século XXI. De acordo com Platão (2000), as decisões políticas da Assembleia ateniense estavam na dependência de interferências ainda mais restritas, pois na Assembleia nem todos tinham o mesmo recurso de atuação. Não eram todos que tinham o poder de falar, apesar de ser assim como a lei preconizava, mas de fato, alguns apenas o faziam. E quem eram? “Os que possuíam dons de oratória associados ao conhecimento de negócios públicos, os hábeis no raciocinar e no usar a voz e o gesto, estes é que obtinham ascendência ao auditório, impunham seus pontos de vista através da persuasão retórica e lideravam as decisões” (p.7). A eloquência tornou-se, assim, em Atenas, tal como nas nossas sociedades, uma verdadeira potência e instrumento de dominação.

Ngoenha tinha razão, quando em a *Terceira questão* (2015), depois de analisar algumas passagens da democracia ateniense fazia uma comparação com a democracia praticada em Moçambique. Estamos, dessa forma, vivendo um drama da Grécia do século V da antiguidade, num momento em que deveríamos aperfeiçoar a partir de uma observação



cuidadosa dos erros do passado. Cometemos os mesmos erros de forma deliberada em busca de vantagens políticas e para manipular a verdade.

São estes erros que levaram à decadência a democracia ateniense, como descreve Ngoenha (2015, p. 84):

Como se pode constatar, uma das razões da falência da democracia de Atenas reside na emergência do individualismo e do egoísmo, de um estado de medidas segregacionistas, elitistas, favoráveis não à totalidade dos cidadãos, mas a aumentar a riqueza dos ricos –interessados em banquetes, no luxo, na aparência-; e a pobreza dos pobres, o que levou a acentuação das desigualdades.

Coincidentemente são as mesmas coisas descritas por Ngoenha que assistimos nos nossos poderes democráticos de hoje. A ganância e o jogo de interesses tornaram-se expoentes máximos de todas as prioridades das agendas políticas. Resta-nos apenas perguntar: será que estará caminhando para o seu colapso tal como aconteceu com a democracia ateniense quando esses aspectos passaram a caracterizar o poder público?

Em Atenas, os cidadãos tinham o orgulho pela sua nação. Mas no auge dos problemas ora arrolados, o espírito patriota desapareceu no seio dos cidadãos. Evidente o que acontece hoje. Nações ou Estados inteiros reclamam a falta de espírito patriota dos seus cidadãos. Isso não é ao acaso. Eles perderam a autoestima pela concupiscência dos seus representantes e se deles dependesse, deixariam de ser dessas nações, mas isso é inegável já que o destino os quis assim. Nisso, estamos certos.

Quando as consequências dessa concupiscência atingem as massas no seu geral, gera descontentamento e descrédito nas autoridades que se veem confrontadas pela fúria popular que emprende manifestações ou boicote nos sistemas instalados. Sentindo-se desafiados, os governantes que pela delegação do povo se encontram investidos de poderes de repressão, não evitam violências contra o povo que não quer muito, mas apenas uma simples redução do preço do pão. Os exemplos disso poderiam ser infinitos. Mas a seguir, descrevemos um deles, a manifestação popular pela subida de preços de alguns produtos e serviços na Cidade de Maputo em Moçambique.

### **A greve de pão em Maputo e a intolerância do Estado.**

A crise financeira que despontou em 2008 inicialmente nos EUA e que posteriormente se espalharia para os países sob sua influência econômica, gradualmente ia consumindo nações e as suas manifestações não foram uniformes em todas elas. Em Moçambique, o governo fazia crer ao povo que a crise não iria atingir o país. Se os dois anos



iniciais da crise ela não se fez sentir diretamente em Moçambique, o mesmo não seria de esperar no período subsequente.

A pressão teria sido causada pela greve dos doadores<sup>2</sup> no início de 2010 que bloqueou o repasse dos recursos para complementar o orçamento do Estado e isso refletiu-se no agravamento da inflação, a que levaria o governo a fazer um reajuste de preços, cuja fatura era paga pela população.

Com efeito, em meados de agosto de 2010, o governo anunciou que iria agravar o preço da tarifa da água em 11%, de luz em 13% e de custo do pão em 17%, este último, a base alimentar para os cidadãos de Maputo-capital de Moçambique (ROSSI, 2015). O agravamento dos preços destes produtos e serviços equivale à carestia de vida e os novos preços iriam entrar em vigor a partir de primeiro de setembro desse mesmo ano.

A mensagem não agradou ao povo e os cidadãos de Maputo em representação do povo moçambicano que, sentindo o prenúncio de dias piores, trataram de convocar uma manifestação que os meios de comunicação denominaram de “greve geral” também conhecida por “greve de pão” para o dia primeiro de setembro de 2010, dia em que entrariam em vigor as novas tarifas anunciadas pelo governo.

Assim, foi convocada a greve via SMS, serviço de expedição de mensagens de texto, que de celular em celular ia deixando a seguinte informação: “Moçambicano, prepare-te para a greve geral 01/09/2010. Reivindicamos a subida de preço do pão, água, luz e diversos. Envie para outros moçambicanos. Desperta” (ROSSI, 2015, p. 281). A mensagem que circulou numa velocidade da luz, não se sabia de quem era o autor, mas o certo é que revelava um assunto que tocava com a sensibilidade da maioria e por isso teve uma rápida repercussão. Aquando da sua circulação, o ambiente sociopolítico continuava sereno e as atividades do dia a dia, no seu ritmo normal.

As autoridades governamentais continuaram indiferentes. Nunca imaginaram o que o povo faminto seria capaz. Como seria possível uma greve geral sem uma direção oficiosa como tem sido regra geral? Seria verdade ou simples especulação?

Chegado o dia “D”, quarta-feira, primeiro de setembro, a onda de manifestação e paralisação dos serviços de transportes começou a ser uma realidade. Os funcionários que vivem na cidade da Matola<sup>3</sup>, não conseguiram chegar aos seus postos de trabalho-cidade de Maputo. A população da periferia da cidade de Maputo constituiu barricadas, queimou pneus e tornou intransitáveis as principais vias de acesso ao centro da cidade. Tornava assim,

<sup>2</sup> Parceiros econômicos que prestavam apoio financeiro ao orçamento do Estado.

<sup>3</sup> A maior parte dos funcionários da cidade de Maputo tem moradia na cidade vizinha da Matola. A separação entre estas duas cidades não é rigorosa, podendo considerar-se de cidades juntas.



realidade a greve convocada por SMS e sem comando. Enquanto decorria, mais SMS's continuavam a mobilizar a população para a sua aderência. Os ânimos venciam o medo e a coragem caracterizava os manifestantes.

O ambiente grupal encorajou comportamentos de enfrentamento<sup>4</sup>. Eram jovens, adolescentes, mulheres que gritavam: Estamos morrendo de fome! Na verdade, antes do anúncio das novas medidas de ajuste de preços, o custo de vida tornara difícil a situação da maioria da população de baixa renda, de tal forma que as novas medidas não foram bem-vindas, pois anunciavam a chegada de dias ainda mais sombrios.

Na sequência das manifestações, os transportes públicos (ônibus) pararam de circular. A cidade de Maputo que se torna pequena pela moldura humana, tornara-se demasiada grande e o silêncio criava medo. As vias públicas ficaram desertas e os que tinham se feito ao centro da cidade, começaram a consumir a distância a pé em direção às suas casas. Tornou-se mais seguro seguir a pé do que de qualquer meio de transporte.

A polícia reprimia sem piedade os manifestantes e manteve um forte aparato para impedir que os manifestantes tomassem o centro da cidade de Maputo, símbolo e epicentro do poder político. Todos os acessos mantiveram-se sob forte aparato policial e do poder de guerra. Tanques, armamentos de guerra variados foram mobilizados para o efeito, contra os manifestantes civis em pleno exercício do seu direito de cidadania e constitucional.

Segundo Rosssi (2015), o grupo mobilizado que vinha no sentido Praça da OMM<sup>5</sup> (Organização da Mulher Moçambicana), caminhava muito depressa em direção ao centro da cidade quando de repente foi saudado por tiros de elementos das forças de segurança que procuravam impedir que os manifestantes se fizessem ao local proibido-centro da cidade. Dessa parada, resultou na morte do pequeno Hélio de onze anos de idade que foi colhido por uma morte surpresa, quando um tiro atingiu-lhe na cabeça. Hélio regressava da escola onde em semelhança de outras crianças buscava o seu aprendizado com os olhos postos ao futuro. Era o fim dos sonhos de uma criança e de sua família. Nem o terror semeado pela polícia podia travar a onda dos manifestantes, antes pelo contrário, só contribuía para injetar a raiva destes.

A ocasião faz o ladrão, diz um velho ditado. Foi assim que se fazendo passar por manifestantes infiltraram-se entre eles, oportunistas que saqueavam produtos alimentares dos estabelecimentos comerciais. Estabeleceu-se um clima em que podia roubar-se de quem

<sup>4</sup> Referindo-se ao comportamento coletivo, Émile Durkheim (2005) observou que o ambiente agregado de massa influencia nas emoções sociais. "É por isso que indivíduos perfeitamente inofensivos na sua maioria podem, quando reunidos em multidão, deixar-se arrastar e cometer atrocidades" (p. 34).

<sup>5</sup> Apesar de o nome sugerir a totalidade, é uma facção de mulheres ligadas à FRELIMO, partido independentista, no poder desde 1975.



roubou.

Na tarde desse dia (primeiro de setembro) a polícia fazia um balanço e dava contas de que usara balas de borracha e gás lacrimogêneo para dispersar os manifestantes e fazia-se desconhecer do uso das balas de pólvora. No seu pronunciamento oficial, o ministro do Interior chamava os manifestantes de “aventureiros, bandidos, malfeitores” (ROSSI, 2015, p. 292). E o presidente de República, o mais alto magistrado da nação, guardião da Constituição da República, o garante da legalidade e o bem-estar social, Armando Emílio Guebuza, dizia: “eles [os manifestantes] estão a trazer luto nas famílias moçambicanas” (ROSSI, 2015, p. 292). Na sequência dos acontecimentos, O Conselho de Ministros (órgão máximo de deliberação do poder executivo) reuniu-se de emergência, mas nenhuma medida foi tomada e nem deixou esperanças para dias melhores.

A atitude de indiferença do governo para com a reivindicação do povo deixaria os manifestantes ainda mais enfurecidos, o que levaria à reconvocação para a manutenção da chamada “greve geral”. Mais uma onda de SMS entrava em circulação cujo texto podia se ler o seguinte: “Moçambicano: o governo se reuniu para um café e whisky e não para resolver os problemas do povo.

Dada a situação que se vive na cidade de Maputo e Matola, o governo reuniu-se e determinou: lixem-se pa!” (ROSSI, 2015, p. 293). O povo sentiu-se desprezado e entendeu que o governo se desinteressou das suas exigências e considerou não ser prioridade satisfazer o seu clamor. Diante da situação, o fluxo de SMS era contínuo e do conteúdo podia se ler o seguinte teor: “Moçambicanos, o Guebuza e os seus lacaios estão a mentir como sempre mentiram. Não paremos com a greve até que o governo adote medidas para a redução do custo de vida. A luta continua” (ROSSI, 2015, p. 293). Nessa ordem, as manifestações continuaram no seu segundo dia com o mesmo *modus operandi* dos manifestantes e a repressão policial cada vez mais impiedosa e cruel, causando mortes até nos inocentes.

Sem possibilidades de amainar os ânimos populares, a única saída era suspender o meio pelo qual se faziam convocações. Com efeito, as operadoras da telefonia móvel foram intimadas a suspenderem os serviços de SMS por alguns dias. De acordo com a fonte, a operada Vodacom confessou receber intimações do governo nesse sentido. Mas o essencial já havia ficado: insatisfação do povo para com as medidas do governo.

O balanço geral indicava para 14 mortos confirmados pelo Ministério de Saúde, entre os quais, crianças; cerca de 500 feridos e mais de 300 detidos em conexão com as manifestações. O balanço indicava ainda que durante o protesto foram saqueados três vagões de trem carregados de milho e 32 estabelecimentos comerciais. Foram incendiados três transportes semicoletivos (ônibus), cinco carros, para além de postos de gasolina.





A pesar de tudo, o povo foi o grande vencedor de todo este processo. O resultado mais esperado chegaria a sete de setembro desse ano (2010). Com efeito, o governo anunciava medidas que retrocediam a sua decisão de agravamento de preços de certos produtos e serviços. Em função disso, congelou salários de ministros e Presidentes dos Conselhos de Administração (PCA's) das empresas públicas para poupar dinheiro que seria usado para subsidiar a farinha de trigo (ROSSI, 2015).

Assim, o sete de setembro (dia em que foram anunciadas as medidas) representa o dia da vitória do povo pela segunda vez. A primeira, que confere a data ao feriado nacional, foi em 1974 quando em Lusaka, Capital da Zâmbia, entre a FRELIMO e o governo português foi assinado o acordo que punha o fim dos 10 anos de luta pela independência que seria proclamada em 1975. E a segunda, em 2010, com o anúncio das medidas que retrocediam a decisão do governo com relação à entrada em vigor de novos aumentos dos preços de pão, água e luz. Custou vidas, danos materiais, mas os resultados podiam ser usufruídos por todos, inclusive por aqueles que pegaram em armas e atiraram contra os civis indefesos.

A barbaridade vivida naquele primeiro de setembro ficou registrada na memória e serviu de lição tanto para a população, quanto para o próprio governo. Hoje, qualquer convocação de manifestação, ninguém ousa sair às ruas e para esse dia indicado, a cidade de Maputo acorda sob forte aparato policial em todos os pontos estratégicos. Ultimamente, aproveitando-se do cenário sócio-político do país, parece virar uma moda. O povo convoca manifestação por meio de SMS ou redes sociais (WhatsApp) só para ganhar um recesso.

Portanto, como podemos notar, o grupo popular atuou para pressionar o governo de modo a atender a sua preocupação, neste caso, como ficou claro pela descrição no texto, a ponderação na subida de preços de certos produtos e serviços. É disto que servem as lutas sociais, elas não são e não devem ser usadas de forma permanente, mas exclusivamente quando as condições o exigirem, e decorrem como corolário do que a seguir se transcreve:

Antes de ocorrerem, passam-se muitos anos de repressão, de poder arrogante e de maligna negligência das necessidades do povo. Um velho regime obstinado se agarra aos privilégios e, no momento em que começa a reformar seus procedimentos, já não tem nem credibilidade nem eficácia. O povo não gosta disso. As energias de conflito crescem até um estado de tensa confrontação. Isto é um barril de pólvora. Quando [...] uma centelha de ódio, como um tiro disparado na hora errada-acontece uma explosão; e o velho edifício começa a desabar. De repente tudo parece desmoronar. A alta traição de ontem torna-se a lei de hoje naquele lugar, e as leis de ontem a traição de hoje (DAHRENDORF, 1992, p. 17).

Transcrevemos longamente o trecho de Dahrendorf para ficar claro o clima que se vive nas vésperas de um levantamento popular, como foi o do primeiro de setembro em Maputo. Face às inúmeras irregularidades da administração do poder, o povo vê-se obrigado



a enveredar pelos caminhos às vezes de curvas escuras para manifestar o seu descontentamento. Como ficou em epígrafe no texto do mesmo autor, as revoluções ocorrem onde não há outra saída, senão a própria revolução. Todo o período que antecede as revoluções é de um clima de tensão generalizada e crescente desconfiança, de tal forma que qualquer medida equivale a mexer no barril de pólvora e de repente o equilíbrio rompe-se, como acontece com a maioria das ações coletivas.

Portanto, as mediadas adotadas pelo governo em resposta às manifestações populares foram estratégicas e corroboram com o desenvolvimento de um Estado cada vez mais excludente, ditatorial e violento. A política econômica cada vez mais especulativa e rentista contribui para o aumento da desigualdade, em todos os sentidos. Refletir a relação entre economia, violência estatal e desigualdade contribui para uma maior compreensão dessa realidade tão complexa que envolve cultura, diversidade e conflitos.

### **O enquadramento do movimento de primeiro setembro de 2010 em Maputo**

Os conflitos sociais sempre estiveram presentes e acompanharam a evolução das sociedades ao longo da história. Eles são por lutas pela justiça e mudanças ou pela manutenção do *status* social. Várias foram as designações atribuídas a diferentes contextos de luta: revoltas populares, guerras camponesas, conflitos étnicos ou nacionais, resistências populares, etc. Porém, as que se intensificaram a partir da segunda metade do século XX, devido à sua organização e constituição, comumente recebem o nome de movimentos sociais. Conquanto, não são todas as manifestações sociais que assim podem ser chamadas. Vale desde já situarmos o que é que seriam movimentos sociais. Essa análise poderá nos ajudar a enquadrarmos melhor a chamada “Greve geral” de primeiro de setembro de 2010 em Maputo.

Portanto, começamos por dizer que o campo dos movimentos sociais é um dos mais variados em teorias e por isso é difícil definir rigorosamente. Porém é da sua diversidade que reside a sua riqueza. Mas aquilo que se pode ter como sendo comum a toda diversidade, é o seu carácter reivindicativo para promover mudanças ou resisti-las.

Vários estudiosos das ações coletivas deram as suas contribuições sobre a definição dos movimentos sociais. Assim, Alberto Melucci (1989, p. 57) define “[...] um movimento social como uma forma de ação coletiva a) baseada na solidariedade b) desenvolvendo um conflito c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação”. Esta definição de Melucci nos parece completa por agrupar elementos básicos que caracterizam uma ação coletiva para promover a solidariedade. Solidariedade porque os desdobramentos dos movimentos sociais



têm em vista estabelecer direitos iguais a todo o grupo.

De acordo com o autor, as dimensões solidariedade, conflito e o rompimento com o sistema são fundamentais para separar os movimentos sociais de outras formas de ação coletiva (delinquências, reivindicações organizadas comportamentos agregados de massa) que muitas das vezes são confundidos com movimentos sociais.

Portanto, movimentos sociais são constituídos por grupos sociais<sup>6</sup> formados com base no senso de pertencimento e que buscam materializar os seus objetivos expressos pelo projeto de ação (VIANA, 2016; MELUCCI, 1989). Por sua vez, Ilse Scherer-Warren (1989) acrescenta a estes elementos, os princípios orientadores (ideologia) e uma direção definida. Neste sentido, o grupo, o projeto e objetivos, princípios e direção são fundamentais para a constituição de um movimento social. Importa realçar que, o que estimula um movimento social é a sua insatisfação com a realidade social. Os movimentos sociais visam exigir mudanças sociais ou resistir a elas. Como disse Melucci (1989), eles produzem a modernização, estimulam a inovação e impulsionam a reforma. Os movimentos sociais não assentam o seu foco apenas para a igualdade de direitos (feminismo, ou negritude), mas também o direito de ser diferente (homossexualidade) e esta última, de acordo com Melucci é uma das mais importantes na sociedade pós-industrial.

O alvo dos movimentos sociais é a entidade a quem se dirigem as reivindicações, geralmente governamentais. Por mais que pareça que as reivindicações são dirigidas à sociedade em geral, cabe às autoridades governamentais torná-las possíveis em última instância.

O movimento de primeiro de setembro em Maputo agiu em causa semelhante à dos movimentos sociais. Teve objetivos claros que o movimentaram (resistência às novas medidas econômicas), os seus integrantes encontravam-se unidos por uma causa que lhes era comum (carestia de vida) e teve um alvo a quem era dirigido as mensagens reivindicativas (governo). Porém, a sua direção fora indefinida (anônima), essa que era promotora das convocatórias.

Apesar dessa verossimilhança, este movimento não reúne suficiência para ser chamado de movimento social, porque foi espontâneo em função de uma realidade que era iminente e porque foi movido não por um grupo, mas por uma massa lesada. Na classificação de Melucci (1989), esta é uma *reivindicação organizada*, pois uma vez satisfeitas as suas exigências, a onda de manifestações cessou e igualmente o movimento deixou de existir.

---

<sup>6</sup> De acordo com Karl Jensen (2014), um grupo social é um conjunto de pessoas que possuem algo em comum, podendo ser aspectos biológicos (raça e sexo) quanto culturais (projeto político). A condição grupal não é por si só suficiente para a formação de um movimento social, mas sim as suas relações sociais. Ex.: quando um grupo entende a sua condição de opressão, exploração no interior da sociedade, e, diga-se melhor, da sociedade capitalista.



Entretanto, a tendência de um movimento social não é de desaparecer tão logo que se alcançam ou não os objetivos. Os movimentos sociais encontram-se mobilizados de forma permanente em solidariedade aos respectivos grupos, pois a satisfação das necessidades de hoje, produz necessidades de amanhã, e assim por diante.

A manifestação de primeiro de setembro surgiu apenas para resolver um problema. Como diz Melucci, os atores dos conflitos são temporários e a sua função é revelar projetos, anunciar à sociedade a existência de um problema que é fundamental em uma determinada área. Eles têm uma função simbólica ou talvez seja possível de falar de uma função profética.

Como vimos, a manifestação popular ora referido, não lutou para aumentar a sua participação no sistema, ela estava virada para uma questão concreta, social e imediata. Os atores dos conflitos tentam mudar a vida das pessoas e acreditam que eles podem mudar o cenário da vida lutando por ela.

O que também esta revolta popular pode nos mostrar, é a violência ou intolerância do Estado. Vimos uma ação que consistiu em considerar o povo manifestante como se de inimigo se tratasse. O governo tratou de responder as exigências do povo recebendo-o a tiro, usando armas de guerra, tanques e carros blindados. Tratou-se de um conflito entre civis indefesos e homens do Estado fortemente armados e pagos com o erário público resultante dos impostos do mesmo povo ao qual guerreava.

O confronto da polícia contra os manifestantes talvez se deva à forma como estes foram considerados, lembrando as palavras do respectivo ministro que os tratou de aventureiros, bandidos e malfeitores. Estes adjetivos davam para considerar os manifestantes de inimigos e o inimigo é aquele que é para destruí-lo, como aconteceu. A polícia ao usar a força excessiva, até podia dizer que estava defendendo os interesses do Estado. Mas afinal que é o Estado? Tem Estado sem povo?

Os dirigentes criaram um ódio contra os manifestantes, como se estes lutassem contra o seu poder e esquecendo-se que o legítimo dono do poder que eles detêm é o povo e eles exercem em sua representação. Do povo eles vieram e do povo eles voltarão. Esquecem-se de que estão investidos de poderes em defesa do interesse do povo e não de particulares. A respeito, Victor Turner (2013, p. 105) escreve o seguinte:

[...] Uma pessoa incumbida de um alto cargo fica especialmente tentada a usar a autoridade de que foi revestida pela sociedade para satisfazer desejos particulares e exclusivos. Mas devia encarar os seus privilégios como dádivas da comunidade inteira, que em última análise tem um direito supremo sobre todas as ações. A estrutura e os altos cargos providos pela estrutura são assim considerados como meios para o bem-estar público e não como recursos para o engrandecimento pessoal. O chefe não deve “conservar a chefias para si”. Deve rir junto com o povo [...] Mesmo quando um homem tenha se tornado um chefe, continua sendo ainda membro da comunidade inteira das pessoas [...] e demonstra isso “rindo com elas”,



respeitando-lhes os direitos, “saudando amavelmente a todos”, e partilhando o alimento com elas.

As observações que acabamos de ler em Turner são posturas ideais que deviam emanar nos dirigentes de todos os níveis e, se durante a vigência do seu mandato que se encontra investido por representação, um dirigente comportar-se de tal maneira como foi descrito, rindo com a comunidade e servindo exclusivamente a ela, obterá respeito pelas horas e o seu mandato será lembrado por boas obras e não pelo terror. Cabe aos dirigentes escolherem: se querem ser lembrados por boas obras ou se querem ser lembrados como dirigentes cujo mandato mais horror teve na história desse povo. Neste último caso, de certeza que saudades não ficarão, mas mágoas, essas permanecerão para a eternidade.

Nos últimos tempos assistimos generalização do oportunismo em toda esfera do poder público. Vimos estruturas investidas para o seu exercício ao bem-estar do povo, voltados para os interesses pessoais. Tornou-se um alibi usar o nome do povo para encobertar os reais interesses dos que se candidatam a cargos públicos. Uma vez alcançado o poder, mostra-se outra realidade. Esses são os tais que Samora Machel<sup>7</sup> chamou de ambiciosos? Para ele,

*A ambição revela-se com a luta pelo Poder dentro da empresa. A forma de atuação do ambicioso é oportunismo e a sua característica principal é a corrupção. [...] E são os que conosco mais agitam a bandeira da FRELIMO. [...] A corrupção conduz ao vício, e este ao crime. [...] um ambicioso é um criminoso (MACHEL, 2011, p. 136; grifos nossos).*

Se fosse vivo talvez Samora pudesse nos esclarecer melhor a quem se referia, quando dizia “*são os que conosco mais agitam a bandeira da FRELIMO*”. Será que queria dizer que entre os altos signatários do Partido ou do Estado<sup>8</sup> havia gente com essa atitude egocêntrica? O teor da mensagem e a atitude de alguns de dirigentes de hoje, só nos leva a crer que sim, pois, assistimos uma tendência de altos dirigentes do Estado com ganâncias ilimitadas agirem com impunidade e autoridade irrestrita. Em virtude disso, testemunhamos “[...] a instauração de uma sociedade de medo; de controlo dos meios de comunicação e dos fazedores de opinião a favor de propagandistas de dogmas; de controlo da justiça; dos órgãos eleitorais; do incremento de máquinas de guerra e de repressão; [...]” (GOENHA, 2015, p. 113).

<sup>7</sup> Líder do movimento de libertação nacional e primeiro presidente de Moçambique independente.

<sup>8</sup> Na Primeira República (1975-1990) o sistema de governação era monopartidário. Por definição, o partido Frelimo nascido da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) era a força dirigente que definia e controlava as políticas e ações do Estado.



O autor, frente desta realidade, faz uma pergunta similar à análise que fizemos inicialmente: Que resta da democracia? A resposta não lhe tardou, tendo referido que vê um paralelismo destas práticas com aquilo que comumente chama-se de fascismo. Entretanto, dada a fraca reputação dos governos pseudodemocráticos, a cooptação dos órgãos independentes e da sociedade civil tornou-se uma fórmula de dominação e alargamento da hegemonia do poder político.

Pelo que ecoa pelo mundo fora, esta não é apenas uma realidade que enferma Moçambique, aliás, este ainda não inventou nada de relevante que sirva de referência, senão reproduzir velhas estratégias. Até quando?

### **Considerações finais**

Ao longo do presente estudo analisamos as diferentes formas de violência do Estado em nome do poder Público e democrático. Constatamos que a cada momento ao sermos impostos medidas socioeconômicas cujas estratégias não são de consenso e quando o povo tenta resistir é reprimido, estamos diante de uma violência, pois que não valeria a pena dizer que estamos diante de uma democracia quando o povo é impedido de fazer o que o direito lhe reserva e obrigado a fazer o que é contra a sua vontade.

Na análise da “greve geral” convocada pelos populares de Maputo para contestar o anúncio da subida dos preços do pão, luz e água, constatamos que o povo estava em pleno exercício do seu direito de cidadania e constitucionalmente previsto, mas que o governo o reprimiu sem piedade. Ao agir com o excesso de força, o governo queria impor medidas econômicas a todo custo e impor a ordem sem condicionalismos. A ação do governo foi violenta, mas o povo foi o grande vencedor, pois as suas reivindicações foram levadas em consideração, ao serem introduzidas medidas retroativas.

A greve de pão como também é conhecida, permitiu demonstrar o que uma massa popular lesada é capaz e mostrou caminhos para várias manifestações em repúdio às mudanças impostas ou em reivindicação aos direitos civis e públicos que se encontram ameaçados.

A reflexão realizada sobre a greve geral demonstra uma realidade inquestionável: as marcas de violência do Estado e o uso abusivo do que deveria ser poder do povo contra o próprio povo. Olhando ainda por tudo quanto é imposto a todas forças sociais, faz-se mister afirmar que vivemos uma ditadura em tempos de “democracia”, aliás, o certo é dizer que vivemos uma pseudodemocracia. Portanto, ao falarmos ao mesmo tempo da ditadura e da democracia, duas realidades inconciliáveis, o que queremos dizer é o seguinte: vivemos uma



ditadura pela imposição exacerbada de quase todos os mecanismos de articulação de poder, e “democracia”, pois os governos são formados na base de simulacros de processos democráticos.

Quanto ao enquadramento das manifestações de primeiro de setembro de 2010, causadas pela crise monetária de 2008, pelo estudo ficou claro que não se tratou de uma ação movida por um movimento social, como desatentamente podemos nos enganar, mas de uma *reivindicação organizada* que resultou da mobilização social.

### **Referências bibliográficas**

DAHRENDORF, Ralf. *O conflito social moderno*. Rio de Janeiro/São Paulo: Jorge Zahar/edusp, 1992.

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: MARTINS CLARET, 2005.

JENSEN, Karl. Teses Sobre os Movimentos Sociais. *Marxismo e Autogestão*. n 1, p. 129-137, 2014.

MACHEL, Samora. Produzir é um acto de militância. In: SILIYA, Carlos (coord.). *Samora Machel: Na memória do Povo e do mundo vol. 1*. Maputo: Centro de Pesquisa Histórica da Luta de Libertação Nacional, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. 16.ed. São Paulo: Editora Paz & Terra, 2013.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, São Paulo, n. 17, p. 49-66, 1989.

NANDY, Ashis. *Imagens del Estado-cultura, violência e desarrollo*. México: FCE, 2011.

NGOENHA, Severino E. *Terceira questão*. Que leituras se pode fazer das recentes Eleições Presidenciais e Legislativas? Maputo: PubliFix, 2015.

PLATÃO. *Os pensadores*. São Paulo: Nova cultura, 2000.

ROSSI, Amanda. *Moçambique, Brasil é aqui*. Rio de Janeiro: Reord, 2015.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. 3.ed. Florianópolis: UFSC, 1989.

TURNER, Victor, W. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Tradução de Nancy Campi de Castro e Ricardo A. Rosenbusch. 2.ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

VIANA, Nildo. *Movimentos Sociais*: Curitiba: Prismas, 2016.